

SESSÕES DO PLENÁRIO

30ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 27 de maio de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADO NELSON LEAL

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Invocando a proteção de Deus declaro aberta a presente sessão com objetivo de debater os preços abusivos das passagens aéreas.

Convido para compor a Mesa o prezado amigo senador da República Jaques Wagner; o Sr. Deputado Federal João Carlos Bacelar; a Sr.^a Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Consumidor, promotora Márcia Câncio Santos Villasboas, que neste ato representa o Ministério Público; a Sr.^a Membro da Comissão de Proteção ao Direito do Consumidor da OAB Bahia Daniella Cristhie Pinto, que neste ato representa o presidente da comissão, Sérgio São Bernardo; o Sr. Superintendente do Procon-BA, Filipe Vieira; a Sr.^a Presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens, Seção Bahia, ABAV-BA, Ângela Carvalho; o Sr. Diretor de Distribuição, Aliança e Azul Viagens, da Azul Linhas Aéreas Brasileiras, Marcelo Bento Ribeiro. Eu queria aproveitar para dizer que a única companhia aérea que vai se fazer presente aqui é a Azul. Acho que era uma oportunidade, senador, de todas as empresas que têm concessão para trabalhar aqui no Brasil darem suas explicações para esses preços de passagens. Fico muito satisfeito que a Azul esteja aqui presente, por isso quis fazer essa deferência; o Sr. Diretor da Fecomércio e delegado do Sindicato de Combustíveis da Bahia, Ruy Argeu do Amaral Andrade. (Palmas)

Convido todos os presentes para ouvirmos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Concedo a palavra ao superintendente do Procon, Filipe Vieira.

Quero aproveitar a oportunidade para registrar aqui as presenças dos deputados Capitão Alden, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Ivana Bastos, Jânio Natal, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Pedro Tavares, Rosemberg Lula Pinto, Talita Oliveira, Tom Araujo e Tum.

O Sr. FILIPE VIEIRA: Muito bom dia a todos os consumidores. E em nome do presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, proponente desta sessão, o deputado Nelson Leal, eu saúdo todos os membros da Mesa, fazendo extensão à figura humana, à figura pública e queridíssima, que é o nosso senador

Jaques Wagner, também a quem faço o cumprimento, estendendo a todos os membros.

Em nome do Procon-BA, eu saúdo toda a plenária, na figura de todos os consumidores que aqui se põem e tenham a qualidade que for. O importante de saudá-los nessa qualidade de consumidor é exatamente por ser o ponto que nos une, o ponto que coloca todos no mais próximo da democracia, que é comprar e consumir.

E nisso, de fato, o Procon-BA vem observando algumas alterações no mercado de aviação civil, no mercado de transporte de passageiros e tem nos causado uma verdadeira no sentido próprio da palavra, seja pela alteração de legislação, seja pela alteração no comportamento das aéreas, seja pela alteração no comportamento do próprio tomador do serviço, que são os consumidores.

Nessa linha de ideia, dos quatro pontos, quatro focais, quatro pilares, se faz necessária análise daqui do Procon – Bahia. O primeiro deles, presidente, já parabenizando, mais uma vez, pela iniciativa, pela oportunidade de discutirmos, é a circunstância da alteração de legislação.

Nós tivemos recentemente, em 2016, uma resolução da ANAC, resolução essa que se põe como informação que deveria ser complementar e em diversos pontos entrou em choque com uma lei federal. Na hierarquia das normas uma resolução deveria ser instrumentalizadora da lei e não necessariamente confrontá-la. E com isso, permitiu-se a cobrança de bagagem, buscou-se a mudança de um comportamento, porque mais do que apenas permitir o despacho ou não da bagagem, isso influência no comportamento do consumidor, isso influência no comportamento do mercado e tem consequências, deputado, que vão muito além do mero espaço do aeroporto.

No aeroporto a gente vê uma formação de filas enormes, a gente vê que o que antes era apenas 5kg de bagagem, num estalo ou numa legislação passou a ser 10. As regras da aviação no mundo não mudaram e aquilo que só se permitia 5kg de mão, de repente, passou a permitir 10. Então, as normas internacionais teriam mudado? É um questionamento que o Procon traz. Para nós que temos, essencialmente, a vocação também turística, apesar de termos força muito grande no interior e no agronegócio, nós temos o estado que tem a maior extensão de litoral do país, o estado cuja capital ostenta qualidade da maior festa popular do mundo, o estado em que os interiores mais fazem festas de São João, e nisso daí a gente tem um comportamento de mercado que, com certeza, vai além dos portões do aeroporto.

Também na Bahia, nós temos a cultura afro de matrizes africanas muito forte com o uso do seu berimbau, com o uso dos seus atabaques e, principalmente, com a venda de *gifts*, *souvenir*, presentes e lembranças. A gente precisa estudar o quanto a bagagem permite que eu compre ou um atabaque ou um berimbau, e isso influência fora dos portões do aeroporto, na economia local, em saber que eu não posso mais comprar tantos presentes, e os presentes são sim de dimensões grandes e são bagagens especial, porque eu não vou poder levar. Mais do que o preço do produto eu tenho que calcular o preço do produto e o preço do despacho desse produto.

Não bastasse essa alteração, a Associação Brasileira de Empresas Aéreas – ABEAR, num ato unilateral e sem diálogo com o mercado do consumo, sem diálogo com os órgãos de proteção em defesa do consumidor, entende por bem a normatização dessas medidas. Que seja bem vista é preciso estabelecer limites e padronizar as medidas. Mas para isto a gente já tem a lei, já tem o código internacional, do qual o Brasil é signatário, e por ser signatário de uma convenção teria força de lei federal, teria uma força muito mais abrangente do que uma resolução emitida por uma associação privada que congrega as empresas. Então, nessa linha as medidas mudaram e isso vai além dos aeroportos, porque além dos aeroportos, você tem o mercado de fabricação de malas, você tem o mercado consumidor de quem já se previu e adquiriu dentro daquele limite e, agora, pretende essa mudança. Não bastasse isso, senhores, mais um momento e, antes que as máscaras caiam da aeronave a gente vai então fazer uma nova alteração na legislação.

As casas legislativas já autorizaram a Medida Provisória 863/2018, na qual se permite a abertura do capital das empresas aéreas, e se permite também o retorno a gratuidade no despacho de bagagem. Então, os pontos principais, deputado, que o Procon traz a essa sessão, são: o início da cobrança de bagagem, os preços das passagens aéreas que terão impacto necessário nessas alterações entre cobrar e deixar de fazê-lo, entre ter mais ou menos concorrência, *vide* aqui o caso da aérea Avianca que teve impacto em todo o mercado e, isso deve ser discutido e tem também a circunstância nessas alterações constantes na legislação. Então, antes que possamos viver tudo isso, a experiência que o Procon Bahia traz à Casa Legislativa, a Casa do povo e, necessariamente, também à Casa do consumidor são números, dados, estatísticas e ponderações o que é que nós apresentamos e colocamos já à disposição a qualquer questionamento, para então nos debruçarmos sobre a matéria de forma mais detida.

O Procon Bahia está à disposição da Casa, à disposição dos deputados e, já reconheço neles o rosto de alguns com quem já estivemos pessoalmente, mas na sua pessoa, presidente, pela forma como conduz a Casa, pela forma democrática que, tenha sempre um órgão que abre as portas para a população e resolve os problemas, tenha sempre essa disponibilidade porque a intenção da ALBA é governar para a gente e o Procon é atender a todos vocês como consumidores.(Palmas)

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra a Promotora Márcia Cância Santos Villasboas, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Consumidor do Ministério Público.

A Sr.^a MÁRCIA CANCIO SANTOS VILLASBOAS: Bom dia a todos. Gostaria de saudar à Mesa em nome do deputado Nelson Leal do qual o Ministério Público recebeu o convite para participar desta sessão.

Gostaria desde já, parabenizar a iniciativa, que são ações como esta que fazem com que caminhemos em defesa do consumidor. Gostaria de prestar também

homenagem, a todos os consumidores, porque plagiando o que Kennedy disse: “consumidores em definição somos todos nós”.

Em relação ao aumento abusivo da passagem aérea, o Ministério Público, desde 2016, quando houve a Resolução nº 400 da ANAC, nos colocamos contrários a essa resolução, até porque entendemos que seria uma afronta ao código aéreo, que considera como contrato de transporte aéreo um contrato único e, não, acessório ao de bagagem, ou seja, já está incluso no contrato de transporte aéreo, a bagagem. Nesse período todo ficou demonstrado que não houve redução de preços nas passagens, muito pelo contrário, o que nós percebemos foi um aumento, percebemos também que a ponte aérea Salvador/Rio de Janeiro foi onde houve um dos maiores aumentos.

Então, graças à Medida Provisória 863, que está dependendo só de sanção do presidente, vai retornar a franquia da bagagem e esperamos, com isso, que aumente não só a abertura também do mercado, faça com que tenhamos uma mudança nesse quadro que estamos vivenciando.

Acredito que não só essa questão provocou um aumento nas passagens, mas também o problema com a Avianca, certamente, teve um impacto muito grande, inclusive em relação a alguns voos que só a Avianca fazia o trajeto. Mas o Ministério Público está atento a todas essas modificações, inclusive foi fruto de uma nota técnica do Ministério Público Federal para que essa medida provisória fosse realmente aprovada e o que de fato está acontecendo.

Eu queria me colocar à disposição também como Ministério Público a todas as lutas em prol do consumidor.

Obrigada. (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu queria passar a palavra para Daniela Pinto, presidente da Comissão de Proteção do Direito do Consumidor, da OAB.

A Sr.^a DANIELA PINTO: Bom dia a todos.

Presidente da Casa, meus cumprimentos extensivos a todos os presentes. E só queria fazer uma retificação: eu estou representando o presidente da Comissão de Direito de Proteção ao Consumidor, o Dr. Sérgio de São Bernardo, que neste momento está em Brasília participando do Encontro Nacional de Presidentes de Comissões do Consumidor.

Agradecemos, em nome da OAB e da nossa Comissão de Direito de Proteção ao Consumidor, o convite para participar desta audiência pública que, certamente, nos traz mais robustez, nos traz integração e permite, como é o objetivo da comissão, trabalhar de forma sistêmica com todos os órgãos de proteção ao consumidor, seja o Ministério Público, o Procon, o Codecon, todos os órgãos que participam da proteção ao consumidor.

Dessa forma, a OAB-Bahia está presente, ela está diligente e participativa, e quer, sim, protagonizar essa luta, faz questão de ser protagonista nessa luta. Então

estamos atentos a todas essas modificações na legislação, como o Dr. Felipe já disse aqui de forma bastante contundente. Existe toda uma legislação e que nós estamos atentos a toda essa modificação para atuarmos.

Então, em nome da OAB-Bahia, agradecemos o convite e queremos dizer que estamos à disposição, através do presidente da comissão e de todos os seus membros, para atuar nessa causa.

Um bom dia a todos. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu queria passar a palavra ao Marcelo Bento Ribeiro, diretor da Azul Linhas Aéreas. (Palmas)

O Sr. MARCELO BENTO RIBEIRO: Em primeiro lugar, gostaria imensamente de agradecer a oportunidade de estar nesta Casa, agradecer ao presidente Nelson Leal pelo convite porque, afinal de contas, quando a gente tem a oportunidade de conversar, de dialogar, de esclarecer é que a gente forma entendimento, pelo menos convergência em todos os assuntos que nós temos no dia a dia, especialmente quando a gente vive tempos conturbados, como esse que estamos vivendo na aviação do país. A aviação do país tem altos e baixos ao longo dos últimos 20 anos. Então é, de fato, muito importante que possamos discutir os caminhos da aviação e do transporte que são essenciais ao público, essenciais para o desenvolvimento da economia, especialmente no estado como a Bahia, quase um país, um continente, vamos dizer assim, pelo tamanho, além de ser um dos principais polos turísticos do Brasil e da América do Sul.

A Azul tem a satisfação do consumidor como um dos seus valores fundamentais. Então eu gostaria de deixar claro aqui que nós vivemos do consumidor, vivemos através da satisfação dele, vivemos porque ele nos escolhe já que a gente vive no mercado de plena liberdade de rotas com competição, com mais ou menos competição em alguns momentos, mas o fato é que é um mercado de competição vigorosa, tanto que o resultado das companhias aéreas não são fantásticos, e a gente tem uma companhia aérea, no atual momento, vivendo um momento crítico, prestes a desaparecer.

Então eu só gostaria que todos limpassem um pouco a mente, porque a gente vive muito esse negócio de: Ah! as companhias aéreas são vilãs, as companhias aéreas fazem o que bem e entendem, as companhias aéreas ganham muito dinheiro. Não é o que os fatos e a história dizem.

Então, por favor, abram os seus corações um pouco para lembrar que nos últimos 20 anos nós tivemos quase 20 companhias aéreas fechando as portas neste país, algumas companhias aéreas nacional ou internacional, uma delas com 80 anos de história. Então assim não é um mercado onde todo mundo faz o que quer, o que bem entende, onde se explora o consumidor, onde as companhias têm altas margens ou altos lucros. Isso tudo não é verdade! Todos nós lembramos do passado, todos nós sabemos. E ao mesmo tempo é um mercado que cresceu mais de 10 vezes nos últimos 20 anos, de 10 milhões de passageiros para 100 milhões de passageiros. Isso

não acontece quando se pratica preços abusivos, quando não se inclui o consumidor, quando não se tem uma política de precificação inclusiva, que foi o que aconteceu com a liberação de tarifas que ocorreu nesse mesmo período, comprovadas em estudos divulgados pela ANAC, comprovados por qualquer um que lembre como era viajar no passado.

Eu quando criança viajava de carro com o meu pai pelo Brasil inteiro, porque era uma família grande e não se tinha condições de comprar passagem de avião. Isso é impossível, hoje, quase, você falar de uma família de classe média que pega um carro e sai do Rio de Janeiro para ir ao Ceará ou ao Rio Grande do Norte nas férias. As pessoas viajam de avião! Isso porque o preço das passagens foi extremamente popularizado ao longo dos últimos anos.

Também gostaria de ressaltar que a questão de bagagem é bastante polêmica, eu entendo, toda mudança de comportamento, mudança de regra é muito polêmica, mas que nenhum de nós ache ou tenha a ilusão de que existe almoço de graça. O que se fez com a questão da bagagem foi seguir uma tendência mundial, e mundial mesmo porque existem três ou quatro países no mundo, e nenhum deles é exemplo de economia livre, que regulam a bagagem doméstica, e nós, infelizmente, na opinião das companhias aéreas, estamos fazendo um retrocesso. Porque não existe almoço de graça, o preço das bagagens pode ser destacado do preço das passagens ou incluído no preço das passagens, mas ele não é de graça. Então tanto faz onde está essa tarifa o consumidor vai pagar por ela, porque é impossível prestar esse serviço gratuitamente. É uma perfeita e completa ilusão achar que o custo da bagagem vai sumir do mapa. Não vai.

O que aconteceu efetivamente é que ao introduzir a cobrança das taxas de bagagem dissociadas dos bilhetes de passagem houve um aumento ao mesmo tempo da taxa de câmbio do dólar e do custo de combustível. No Brasil, 60% dos custos das empresas aéreas estão de alguma forma indexados ao dólar. O preço do combustível é fixado pela Petrobras usando referências de mercado internacional, ou seja, nós não pagamos o custo do combustível produzido pela Petrobras no Brasil, embora 97% seja aqui produzido. Nós pagamos o preço do combustível produzido no Brasil com o custo que a Petrobras tem para produzir ele no Brasil, porém com o preço internacional. Adicionado a isso, os custos de logística brasileira e o ICMS sobre o combustível. Também é o único país do mundo que cobra imposto estadual sobre combustível de aviação.

Então isso tudo faz com que esses dois fatores tenham enorme impacto e por isso, até de forma correta, a percepção é de que não houve uma queda de preço. Realmente ela não houve, porque houve um aumento menor de preço do que teria havido.

De novo, agradeço a oportunidade que esta Casa está me dando como representante da companhia aérea de poder esclarecer esses fatos, porque infelizmente não se fala muito deles, não se passam esses dados da forma como deveriam. Ou, pelo menos, infelizmente, não chegam a todos. Mas é importante que eles sejam ditos, mesmo que algumas coisas estejam aí na Internet, possam ser

acessadas como tudo nos meios de comunicação, mas é importante que a gente use essas oportunidades para dizer a verdade.

Peço aos senhores que não se atenham à fotografia de um momento como sendo o filme inteiro de uma história. É fato que a situação recente da Avianca Brasil, sumindo rapidamente do mercado, abandonando de forma tempestivas várias rotas que operava, com a deterioração de suas finanças de forma extremamente acelerada, não permitiu ao mercado reagir como normalmente ele reage. Isso realmente fez a ocupação dos voos irem para a estratosfera, é verdade, posso falar até pela minha empresa que chegou a 90% de ocupação média em abril. E quando a gente fala em 90% de ocupação média, isso quer dizer que mais da metade dos voos saíram lotados. Mas quem consegue reagir isso e de verdade essa não era a fotografia de março, isso foi uma fotografia que veio acontecendo ao longo de março, mas o pico foi em abril. Nós não conseguimos reagir tão rápido assim num aumento de capacidade. Um aumento de capacidade requer: trazer mais aviões, treinar tripulações, o que toma bastante tempo.

Mas posso dizer que não creio que a Azul seja a única exceção, mas acredito que todas as empresas estejam trabalhando em planos de reposição dessa capacidade. Nós estamos definitivamente. Então, a gente tem já sim um plano de contingência para o restante, a partir de julho, vamos dizer assim, para colocação de voos extras, em primeiro lugar, na temporada de julho e depois de voos em definitivo, tentando cobrir esse espaço da Avianca.

Evidente que quando se chega numa situação dessa, de voos lotados, os preços sobem de forma muito expressiva. Nós, também, cometemos erros, então, não gostaria aqui de ficar dando justificativas e dizendo que é normal. Nós também cometemos alguns erros e reconhecemos.

Logo que isso começou a acontecer, as últimas passagens dos voos à venda ficaram com valores muito altos mesmo, e a gente adotou desde de abril uma política de colocar um limite de R\$ 2 mil no valor de qualquer passagem doméstica, nesse sentido, e que ainda é alto. Mas, de novo, estamos trabalhando para um aumento de capacidade para que isso caia.

Dito isso, o aumento médio no valor das passagens, porque a gente tende a olhar muito o que está acontecendo no dia do voo, na véspera do voo, quando a gente quer viajar por qualquer motivo, ainda mais com mais urgência.

O aumento médio no valor das nossas passagens neste estado, especificamente, está longe de dobrar ou triplicar. Na verdade, a gente teve um aumento médio entre 15 e 20%. O que é um aumento médio? São todas as tarifas vendidas ao longo do tempo para uma determinada partida. E isso vai se diluir daqui para a frente.

Então, faço questão de reiterar isso para não parecer que as nossas tarifas médias, ou seja, nossa receita de um voo dobrou, triplicou de valores. Isso não é verdade. O que, realmente, aumentou mais, expressivamente, foram os valores cobrados mais próximos à partida.

Ainda com relação ao que foi dito, a gente viu um certo contrassenso na questão de liberação de investimento estrangeiro que é uma coisa saudável, que pode

trazer mais empresas interessadas ao país e a questão das bagagens, justamente, porque, grande parte dos grupos investidores interessados a entrar no Brasil, são grupos interessados em operar empresas *low-cost*, que, por natureza, cobram a passagem despachada e até a bagagem de mão em alguns casos.

Então, de verdade, acho que quem trabalha com desenvolvimento do turismo, do transporte aéreo neste país precisa escolher suas batalhas...ou é, efetivamente, embutir o preço da bagagem nas tarifas, ou é trazer o investimento estrangeiro. As duas coisas juntas são um contrassenso.

Lembro aos senhores que, de novo, no resto do mundo e, principalmente, onde existem operadores do que se chama de *Ultra Low-Cost Carrier*, todas cobram bagagem e muitas cobram a bagagem de mão, inclusive. Muitas cobram *check in* no aeroporto, muitas cobram para marcar qualquer assento dentro do avião, muitas cobram prioridade de embarque.

Então, se nós desejamos ter uma aviação com mais empresas, empresas que tenham filosofia de trabalho, inclusive, diferentes, que busquem popularizar ainda mais o transporte aéreo, nós precisamos achar formas de flexibilizar o que a gente chama de valor da passagem, ou não. Talvez a escolha do país seja outra, seja ficar como está. Mas então não podemos ficar reclamando que não tem mais competição no país, que não tem mais empresas aéreas, etc.

Bom, vou deixar qualquer outra observação, se houver, para responder perguntas que possam vir da Mesa, mas, de novo, gostaria imensamente de agradecer a oportunidade de poder falar o que eu disse aqui, hoje, de explicar um pouco da indústria e mesmo do que está acontecendo neste momento muito conturbado, de turbulência mesmo, como foi dito, mas que esperamos entrar em um céu de brigadeiro aí bastante rápido. Posso dizer que a Azul mesmo tem já grande número de voos extras programado para julho, tentando recompor essa oferta que foi estrangulada e que, portanto, esperamos entrar numa situação de normalidade o mais rápido possível.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu vou começar a intercalar a fala dos deputados com as da Mesa.

Eu queria passar a palavra ao deputado Eduardo Sales. Registrar a presença da deputada Olívia Santana, Aderbal Caldas e Samuel Junior.

O Sr. EDUARDO SALES: Bom dia a todos, a todas, gostaria, inicialmente, de parabenizar o nosso presidente Nelson Leal por este momento que ele propicia para a Bahia, para o Brasil, que é um momento de discussão, um momento de reflexão sobre o futuro do turismo, da economia de diversas regiões.

Queria cumprimentar o nosso senador, que eu tive oportunidade de estar, durante 6 anos, como seu secretário de agricultura do estado, meu amigo Jaques Wagner, senador que tem uma história de vida de dedicação às causas da Bahia e do

Brasil, e tenho certeza absoluta que não vai ser diferente no Senado Federal com as suas lutas, com as suas bandeiras que sempre levou durante toda a vida. Queria cumprimentar o deputado Joãozinho Bacelar, amigo também, em nome deles cumprimentar toda a Mesa.

Minhas senhoras e meus senhores, eu venho a este plenário agradecer este momento mas, inicialmente, conversar sobre as questões relativas regionalmente a Bahia.

Nós temos hoje, e conversava ali com Dr. Marcelo, diretor da Azul, casos locais que têm acontecido ao longo da nossa caminhada aí, nós que viajamos muito. O caso de Ilhéus, por exemplo, o deputado Rosemberg está ali, nós conversamos sempre, sobre as passagens aéreas caríssimas e, principalmente, a retirada de voos. Eu conversava com Marcelo, antes dessa audiência, que nós tínhamos um voo fundamental de Salvador para Ilhéus, a meia noite, e retornava as 5 da manhã. E era um voo que toda a economia da região acontecia em função desse voo que foi retirado. Eu cobrava dele, como cobre junto com os demais deputados, a retomada desse voo. E ele me explicava que em dezembro ele terá a sinalização já definitiva de que esse voo retorne, talvez um pouco antes.

Mas, fora isso, estivemos também com o deputado Pedro Tavares, o deputado Tiago e vários outros deputados esta semana no aeroporto, junto com Júlio, o presidente da VINCI, a empresa que hoje faz a gestão do aeroporto. Ele nos mostrou números e nós ficamos perplexos com os números. E afirmou também, Presidente Nelson Leal, que em termos de operação, o aeroporto com maior percentual de operação é o aeroporto de Salvador. 27% de toda operação de Salvador vem da Avianca.

Então, sem dúvida, se os nossos problemas já eram graves em relação à questão das passagens aéreas, agora, nós vamos ter um agravamento muito maior, porque imaginem: se no ano passado nós tivemos 8 milhões de passageiros, a perspectiva é que este ano, em função da Avianca, possamos baixar isso para em torno de 7, 7 milhões e meio, o que vai causar um dano muito grave não só na questão aeroportuária, mas também na questão dos hotéis, das passagens, das pousadas, dos restaurantes, enfim... Eu acho que a economia turística e também a economia do estado da Bahia passam por um momento complicado.

Então, eu queria novamente parabenizá-lo, dizer que sem dúvida, sessões como esta é que vão permitir que a gente possa... O Dr. Marcelo nos esclareceu a questão também da bagagem, mas eu disse a ele que a expectativa de todos nós era que, na verdade, quando se deixou de cobrar a bagagem na passagem aérea, os preços fossem reduzidos, imediatamente. O que a população viu não foi isso. Ao contrário, viu a elevação dos preços das passagens aéreas.

Então, para a população que está do lado de cá é muito difícil. E Marcelo me explicou a questão da variação do dólar e diversos outros fatores. Mas, realmente, Marcelo, é muito difícil para a população entender que um benefício que viria para a população foi cortado e não houve, ao mesmo tempo, nenhum posicionamento das

empresas dizendo que o fato do aumento não era relativo à questão das bagagens, e sim em relação à questão do combustível.

Mas, era isso, Presidente Nelson, quero deixar os parabéns a todos, cumprimentar aqui em nome do Trade o meu amigo Roberto Duran, aí presente, em nome dele, cumprimentar todo o Trade Turístico que aqui está presente. E não tenho dúvida que nós, daqui para frente, teremos boas notícias, inclusive, do governo do estado da Bahia.

Estive com o secretário de Infraestrutura e com o secretário de Turismo esta semana, e eles disseram que há perspectivas muito boas para que em breve nós tenhamos boas notícias em relação à questão do turismo, já que a Bahia foi a primeira. O que a gente viu foi que em 2013, o primeiro estado a sinalizar um benefício para a questão das empresas aéreas foi a Bahia. E depois, outros estados vieram, passaram por cima da Bahia. A Bahia, claro, querendo fortalecer, como falava com Marcelo, um estado que tem 56 milhões de hectares, um estado que é do tamanho de um país, e claro, que necessita dessa viação aérea funcionando para os diversos cantos do estado, então, a primeira sinalização do estado foi fortalecer os voos regionais.

E, dali para a frente, outros estados vieram, numa guerra fiscal sem precedentes, e sem dúvida alguma, isso prejudicou, e muito, a Bahia. Mas, tenho certeza que o governador Rui Costa, em breve, trará boas notícias e a gente vai recuperar essa beleza, essa qualidade que nós temos. Estive, na semana passada, com o vice-Governador João Leão em Portugal e existem diversos programas, diversos investidores querendo vir, porque acreditam no turismo da Bahia, acreditam no futuro do turismo da Bahia.

Parabéns, Presidente Nelson Leal, um abraço grande a todos. (Palmas).

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Tum.

O Sr. TUM: Bom dia a todos.

Saudar o nosso presidente Nelson Leal; saudar o nosso governador, hoje senador, Jaques Wagner; a todo o *trade* turístico, todos os representantes. Eu vejo aqui representante da Abav e Convention Bureau; dizer a todos, todos do *trade*, que eu sou formado em Turismo, sou bacharel em Turismo e, com certeza, serei também um defensor do turismo da Bahia.

Dizer que nós estamos passando por uma crise no turismo aqui, na Bahia, em decorrência da questão de toda a falta de acesso... Eu havia falado, agora há pouco, com o nosso amigo Pinto, Jorge Pinto, que para o turismo ser viabilizado nós precisamos das companhias aéreas.

Nós, enquanto deputados, estamos também com grandes dificuldades de deslocamento. Para você ter uma ideia, está mais barato sair de Brasília para Miami e vir para Salvador, do que de Brasília para Salvador através da companhia aérea. Eu, para vocês terem uma ideia, não concordo com o representante da Azul, Marcelo.

Viu, Marcelo? Desculpa, você colocou que a Azul passou a operar com a diferença de 100%. Mas, assim, no meu caso, a passagem de Petrolina – eu sou de Casa Nova, moro em Casa Nova – a Salvador, que nós pagávamos R\$ 237,00, passou a custar R\$ 2.300,00.

Nós estamos agora, um grupo de deputados que está prestes a ir a Brasília... iríamos agora, quarta-feira. A passagem estava a R\$ 1.800,00. Acho que Jonga deve estar sofrendo. Você vai ter que pagar só para poder pagar passagem aérea daqui a Brasília. É um problema sério. A passagem de Porto Seguro, amigo Jânio, você deve enfrentar isso constantemente, é um absurdo.

Nós, que temos um potencial turístico enorme... A Bahia é um destino que recebe turistas de São Paulo, que é o maior emissor, de Minas Gerais, de Brasília. E eu tenho muitos amigos, grandes pessoas, que estão deixando de vir para a Bahia por conta dessa grande crise das passagens aéreas.

Nós temos que convocar a Anac, temos que fazer uma planilha com o custo operacional desses voos, observar se as companhias, se esse custo está sendo, realmente, levado em consideração no preço da passagem. E, aí, juntos, junto com a Anac, ter uma pressão do governo federal, dos deputados da bancada da Bahia. A Bahia precisa do turismo para gerar emprego e renda.

Era só a minha fala. Bom dia! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Jânio Natal.

O Sr. JÂNIO NATAL: Prezado presidente desta Casa, Nelson Leal; nosso querido amigo, ex-governador, nosso querido senador Jaques Wagner; meu querido amigo, deputado federal João Bacelar; parabéns a todos vocês e a todos os que aqui estão presentes.

Não é admissível um estado como a Bahia, riquíssimo em belezas naturais, um estado que tem muito a oferecer ao povo brasileiro em nível de turismo, e a todo povo estrangeiro, continuar sofrendo com esse descaso das empresas aéreas contra os usuários do nosso país e do mundo.

Marcelo, parabéns pela sua presença, parabéns pela Azul, mas, amigo, quando você me diz que a história das empresas aéreas... Você só lembrou das falências. O porquê dessas falências ninguém sabe, nunca foi aberta a caixa-preta.

Como é que se admite – eu vou, aqui, especificamente, falar mais da questão da cidade de Porto Seguro –, nosso senador, nosso deputado federal, nosso presidente, Nelson Leal, que, hoje, em plena baixa estação, para você ir e vir ao terceiro maior polo turístico do Brasil, que é Porto Seguro, Salvador/Porto Seguro, Porto Seguro/Salvador, pagar quase R\$ 3 mil?

Eu mandei minha secretária, agora, mandar para mim. Eu estou, aqui, aguardando. O valor de uma passagem, só uma perna, R\$ 1.400,00, gente!

Quando eu fui deputado federal, Marcelo, eu fazia parte da Comissão de Transportes. Eu nunca vi um descaso, um desrespeito tão grande das empresas aéreas

em relação aos deputados federais, ao Congresso, enfim. Eles esnobam a gente, esnobam. Estão pouco se lixando se os deputados estão falando mal deles, se estão falando bem, porque bem só fala quem é puxa-saco das empresas ou quem está tendo passagem de graça.

Nós, aqui, deputados estaduais, deputados federais, temos uma quota de passagem. Mas eu tenho vergonha de pagar uma passagem de ida e volta, a exemplo de Porto Seguro, por quase R\$ 3 mil. Não, às vezes eu vou de ônibus ou procuro ver o dia em que está mais barato para poder marcar a minha viagem.

Ora, quando surgiu a questão do pagamento das malas: “Ah, vão baratear!” Mentira, isso é conversa para boi dormir. E eu disse isso aqui na época. É conversa para boi dormir, é mentira! É mais uma forma de tirar, de meter a mão no bolso do povo brasileiro.

Ora, hoje, nós estamos vendo lá o Congresso tomando uma posição, abrindo o capital para os estrangeiros. Parabéns! Aí, sim, nós vamos ver as passagens serem barateadas. Porque, hoje, possivelmente, existe o acordo branco entre, principalmente, a Gol, a TAM, incluindo a Azul.

Ora, nós tínhamos, governador, senador Jaques Wagner, quando V. Ex.^a era governador, na sua época, – não quero dizer com isso que Rui é o culpado, de forma alguma, apenas para voltar à época –, três voos diários para Porto Seguro: a TAM, a Gol e a Azul. E, hoje, malmente, só tem a Azul. Com um detalhe, no horário que eles querem. Eles pegam o último voo do Sul/Sudeste que para em Salvador e, aí, botam Salvador/Porto Seguro: 0 hora e 20 minutos, e a grande maioria dos voos sai atrasada, chegando a Porto Seguro às 2 horas.

Aqueles que residem em Itabela, Guaratinga, Itamaraju, Eunápolis, Belmonte, Cabrália, Itagimirim, Itapebi chegam às 4, 5 horas da manhã a suas residências.

De lá para cá, o avião chega lá às 2 horas. Dorme todo mundo lá, ou seja, aquele restinho, Rosemberg, aquela parada estratégica, dorme e sai de lá às 5h20min. Quem reside em Teixeira, Itamaraju e Eunápolis tem que sair às 2 horas de casa. Não dorme, Samuel.

Aí, recentemente, a gente discutindo na comissão, teve uma pessoa que disse: “Ah, mas em compensação a passagem deve ser barata!” Barata o quê, amigo? Barata o quê, Tum? Só Tum que está satisfeito aqui: passagem de Petrolina por 2 mil e 200. Mas deve ser para o mês todo, porque não é possível!

Está aqui, ó.

(O orador mostra uma folha de papel.)

Desculpe, viu, me perdoe, viu, Marcelo, porque eu falei que a passagem estava a quase R\$ 2 mil. Me perdoe, eu me enganei. São R\$ 3.330,57. Está aqui!

Gente, não tem palavra melhor do que dizer: isto é um roubo! Isto é uma descarração! (Palmas) Isto é uma falta de respeito aos turistas, ao baiano e ao povo brasileiro! Onde vamos chegar, gente!

Hoje, nós temos a regulação das passagens de ônibus. E você diz: a passagem de ônibus de Salvador a Porto Seguro é R\$ 250,00. Se o dono da empresa quiser colocar pela metade, que ele coloque.

Devia ter, senador, meu amigo Jonga, algum homem retado ou uma mulher retada para chegar lá e dizer: o preço máximo de cada passagem é este. Eles, se quiserem, que coloquem o preço abaixo daquilo.

Agora, com a falência da Avianca, todo mundo brigando pelos *slots*. O nome não é esse? *Slots*, não é isso? *Slots*, é isso mesmo. Brigando para tomar da Avianca os direitos. Aí, o que eles fazem? Aproveitam essa falência da Avianca e, aí, o que fazem: não, agora vamos – aumentar, não – roubar o povo brasileiro, porque eles não têm opção. Porque se nós tivéssemos opções não estaríamos reclamando aqui. Estaríamos utilizando outras empresas aéreas com o preço mais baixo.

Isso eu digo, em Direito – não sou advogado, me ajudem aí –, quando um adulto bate em uma criança... é indefeso, não é? Mas tem um nome do crime, qual é o crime? Vulnerável.

Então, nós, passageiros, vulneráveis, a quem vamos recorrer? A quem? Ao armamento? Nunca! Podemos recorrer, sim, à arma principal que nós temos, a Deus. Para que nós possamos iluminar a mente do povo brasileiro, dos congressistas e nós, deputados estaduais, para que tomemos uma posição radical para vermos, presidente Nelson Leal, o senhor que tanto tem batido aqui... Pelo amor de Deus, amigo, ajude o turismo da Bahia e do Brasil eliminando essas empresas que roubam o povo brasileiro, cobrando passagens aéreas absurdas. E, com isso, sofremos todos nós.

Muito obrigado. Um bom dia a todos. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Quero registrar a presença do deputado Niltinho.

Vou, senador, em função de compromissos que V. Ex.^a assumiu, adiantar a fala.

Queria lhe dizer que a primeira voz que tivemos a oportunidade de escutar, falando a respeito dos preços abusivos das passagens aéreas, foi a de V. Ex.^a. Inclusive, entramos em contato. Toda a nossa fala, toda a nossa reclamação teve como início um discurso que V. Ex.^a fez lá no Senado.

Nós aqui, na Bahia, somos um estado com dimensões enormes, maior do que vários países. Moramos num país de dimensões continentais.

Eu agradeço demais pelas palavras ao Dr. Marcelo, mas me permita contestá-lo. Nós estamos passando por uma situação extremamente complicada. Para V. Ex.^a, senador, ter noção, nós, aqui, no Brasil inteiro, recebemos 1 milhão de turistas a menos do que o Museu do Louvre. Nós recebemos em todo o Brasil 6 milhões e meio de turistas, e o Louvre recebeu 7 milhões e meio. Tem alguma coisa de errada nisso!

Nós somos, segundo o *Flight Price*, o 48º na posição mundial de preços de passagens. Aí, nós poderíamos questionar alguns custos operacionais. Mas como explicar que entre os dez maiores estão países como a Suécia, Espanha, Portugal?

Então, a nossa preocupação, e, aqui, o debate se faz em função disso, é saber quais são os componentes que levaram as passagens aéreas nos últimos anos a terem um aumento de mais de 140%. Fica impraticável nós sairmos de Salvador para qualquer local.

Semana passada, a passagem de um colaborador daqui, da Casa, que foi fazer um curso em Brasília, foi tirada por R\$ 3.200,00, ida e volta, mas tem perna para São Paulo, Rio de Janeiro que chega a R\$ 2.000,00. Aqui, as passagens, por exemplo: dia 1º de abril, dia da mentira ainda, para ir para Brasília, em média R\$ 1.200,00 só a ida. Eu não consigo entender! E outra coisa interessante: TAM, Gol, o mesmo preço, até os centavos, R\$ 1.230,98. Até os centavos são iguais!

A distância de São Paulo para Fortaleza é a mesma de São Paulo para Buenos Aires. Um voo São Paulo/Fortaleza custa R\$ 1.600,00, R\$ 1.700,00, e o voo para Buenos Aires custa R\$ 700,00. Como pode um voo de 8 horas daqui para a Europa ser mais barato do que um voo para o Rio de Janeiro? Como é que pode um voo daqui para Miami ser mais barato do que um voo daqui para Barreiras? Como é que pode, senador, membros e demais componentes da Mesa, um voo interno na Bahia, para Ilhéus, 30 minutos de voo, ser mais caro do que 8 horas de voo daqui para a Europa? Tem alguma coisa de errado!

Nós estamos trazendo esse debate para a Assembleia hoje porque a nossa população não aguenta mais.

Nós, aqui, temos o estado mais belo do Brasil. Foi escolhido pela *Folha de São Paulo* como o melhor destino turístico do país. E nós poderíamos estar explorando essa indústria limpa, porque o turismo é uma indústria que gera muito emprego, que gera muita renda. Existem países, hoje, que têm no componente turismo a sua principal arrecadação econômica. Mas nós deparamos com esses preços estratosféricos das passagens aéreas.

Então, o motivo, meus amigos e amigas aqui presentes, deste debate hoje, desta sessão especial, é nós darmos voz à população. Iremos encaminhar um documento assinado por todos os deputados – do lado A, do lado B, não tem isso aqui. Isso não é um trabalho de partido, é um trabalho que nós, deputados estaduais, estamos fazendo para defender a população baiana e a brasileira – ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para que, juntos, a gente possa dar um basta numa situação que é extremamente prejudicial a nós, baianos, e a nós, brasileiros. Então, eu agradeço.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): E quero passar, senador, e parabenizar-lhe pela atuação, a palavra a V. Ex.^a.

O Sr. JAQUES WAGNER: Bom dia a todos.

Quero cumprimentar o presidente da Casa, e parabenizá-lo pela propositura desta sessão; cumprimentar o deputado federal João Bacelar; me permitam cumprimentar todas as senhoras e os senhores da Mesa nas pessoas dos já citados, só por economia; cumprimentar os colegas deputados estaduais e deputadas. Só tem duas aqui presentes, Olívia e Ivana, fica mais fácil de citar; todos os representantes de

entidades vinculadas ao turismo; a Procuradoria; a representação da OAB; a representação das agências.

É para dizer que... primeiro, parabenizar também a postura da Azul. Não sei se as outras... Foram convidadas? Então, eu acho que demonstra o respeito à Casa, pelo menos, ao vir. Ninguém está aqui a fim de escarpelar quem quer que seja, nós queremos é debater um tema que, efetivamente, nos preocupa.

Eu sou muito cioso no uso do dinheiro público e do meu, pessoal, também, evidentemente. E como eu fui 3º Secretário da Mesa Diretora da Câmara... nos idos de 1995, a 3ª Secretaria era responsável por cuidar de passagens. Portanto, a partir dali eu acabei tomando um conhecimento que me assombrava às vezes. Eu mandava emitir uma passagem, via o preço, chegava ao balcão e tirava na hora por um preço bem menor do que aquele.

Porque, muitas vezes, sem generalizar e sem fazer acusação, como o ganho de uma agência é, percentualmente, aquilo que é cobrado, ela opta por aquela passagem que – tudo bem, você pode movimentar quando quiser, não paga nada se cancelar – é o chamado preço cheio, e acaba ficando muito mais caro.

Agora, no Senado, voltando ao Senado, e aqui, na Casa... na Casa, não. Mas como governador eu sempre tive essa preocupação. Briguei várias vezes com a empresa ganhadora da licitação pelos custos que apresentava nas nossas passagens. E, agora, no Senado. Porque a gente também trabalha com a figura das cotas, você tem um valor que inclui tudo, os seus gastos com escritório, aluguel e passagem do próprio parlamentar.

Eu fico impressionado, porque você entra no aplicativo hoje e fica vendo os preços de passagens e, realmente, a variação é muito grande. É claro que me chamou a atenção... como já foi dito aqui pelo representante da Azul, em março e abril os preços subiram muito, evidentemente que em função da quebra da Avianca.

Sou obrigado a dizer que, na minha opinião, por mais que estejamos numa economia de mercado, por mais que a gente tenha uma agência, não me parece que seja de bom tom com seus consumidores que, na medida em que você tem um acidente de percurso, que é a quebra de uma empresa, você suba, simplesmente pela lei do mercado, porque está todo mundo correndo atrás de passagem, para aqueles que são seus usuários constantes.

Então, se a Azul já tomou essa postura de estabelecer preço máximo... apesar de que considero... bom, dependendo do trecho. Evidentemente você tem trecho como do Rio Grande do Sul ao Amapá... não sei quanto custa, mas é uma viagem muito longa.

Eu não vou repetir as argumentações que já foram muito bem colocadas por todos que me antecederam sobre o susto com as passagens.

Não sei se foi falta de comunicação das empresas, mas quando se colocou a cobrança da bagagem, o que foi que aconteceu? Não entrou em operação aqui, como foi dito pela colega que me antecedeu, nenhuma empresa do chamado baixo custo, *low cost*. A gente só tem o hábito de repetir palavras em inglês. Eu, como sou brasileiro, prefiro dizer empresas de baixo custo.

Realmente, a gente toma susto. Quando você está na Europa às vezes encontra um brasileiro que está viajando e pergunta quanto é que você pagou? Por acaso, fui fazer uma palestra em Portugal e encontrei uma baiana de Condeúba, que está morando na Irlanda. Eu perguntei: “Você está morando aqui?” Ela respondeu: “Não, estou morando na Irlanda, mas no fim de semana, em geral, eu viajo.” Perguntei: “Quanto você pagou pela passagem?” E ela: “Sei lá, 80, 100 dólares de Irlanda a Lisboa, ida e volta.” É obvio que é nesse sistema que foi dito.

O problema é que nem sempre esse cardápio é oferecido ao povo brasileiro. Diz assim: se você não quiser isso, se você não fizer *check in* no local, e por aí vai, seu preço vai cair. O preço que se cobra pela passagem, pelo menos das nacionais, não é tão significativo assim, sei lá R\$ 40,00, R\$ 50,00, R\$ 60, 00. Portanto, isso não daria a queda do preço.

É que se vendeu uma mentira. O que deveria ter dito era o seguinte: quem leva a bagagem paga um pouco mais, e quem não leva, não paga, senão vou ter que socializar e distribuir esse custo com todo mundo.

Eu confesso que estou sabendo agora que também nas passagens internacionais existe essa cobrança, e é um preço muito grande. Não sei. Minha filha viajou para os Estados Unidos, porque está trabalhando lá, e eu entendi que cada passageiro tem direito a 23 quilos. Não sabia se tem cobrança de bagagem por fora.

Então, o que se está querendo é fazer esse debate aqui.

Acho que a abertura do mercado, que, praticamente, está sendo aprovada, será excelente. Se é 100 ou 80...

Eu acho que nós, brasileiros, às vezes, inclusive meu povo de esquerda, a gente vive essa ilusão.

O fundador da Azul não é um brasileiro, a empresa é brasileira, mas não é brasileiro. O ex-presidente da Azul agora é presidente da TAP, que é uma sociedade entre a Azul e os chineses. A Gol deve ter parte das suas ações controladas por fundos de pensão do mundo inteiro. A TAM todo mundo sabe que não é brasileira, tanto que o presidente é chileno.

Então, a gente fica vivendo uma ilusão, parecendo que nossos empresários são excepcionais, por isso devemos reservar o mercado para eles, e que os outros não são.

Eu acho que se não for alguma coisa estratégica, e tendo uma ANAC que efetivamente regulamente, na minha opinião pode trazer as empresas, que terão de obedecer. O que a gente vai ter de proteger é o mercado de trabalho. E aí, sim, o mercado de trabalho você vai ter de garantir que as contratações... Apesar de que, por exemplo, nos Estados Unidos hoje está faltando piloto. Qualquer piloto de jato que tenha seu brevê já ganha *green card* lá, porque lá tem falta de piloto.

Então, não tem essa possibilidade de importação. Mas, de qualquer forma, nós temos de garantir que os comissários de bordo, e por aí vai, sejam um mercado de trabalho nosso.

Fora disso, a operação, para mim, parte daquilo que foi apresentado como os motivos dos preços pelo representante da Azul... Eu não quero fazer disso aqui um

palanque contra o atual governo federal, mas a verdade é que nos tempos em que nós estávamos no governo, foi o tempo em que todo mundo andava de avião. Hoje, de novo isso se restringiu barbaramente pelo custo e pelo desemprego. Nós estamos com 15 milhões de desempregados e 24 milhões de desalentados, o que, para mim, é pior do que desempregado, é o cidadão que já nem vai procurar emprego porque já não acredita que vai encontrar emprego.

O custo do combustível ser atrelado ao preço do dólar como política da Petrobras é outro absurdo, porque a economia não aguenta isso. A oscilação do dólar, que muitas vezes tem a ver com especulação de mercado, vai tanto para o combustível de aviação como, me perdoem, para um combustível muito pior, que carrega as nossas mercadorias, que é o diesel. E quem é que paga a conta? O cidadão brasileiro. Isso vai impactar na nossa inflação.

Então, são medidas que são tomadas por uma forma de governar que só olha para o livro caixa, que acha que tem de vender o Brasil por inteiro, como a Petrobras. Como disse o ministro da Economia que o Banco do Brasil pode ser um apêndice do Bank of America como a Embraer virou um apêndice da Boeing. Mas ele disse mais, que podia vender até o Palácio do Planalto. Talvez ele queira dizer que a gente volte a ser colônia e voltar a usar algum palácio aí para admitir algum rei. Porque ele, falando para empresários nos Estados Unidos disse isso: podemos vender até o Palácio do Planalto.

Eu acho que é uma forma, me permitam, chula de tratar um país como o nosso um representante como o ministro da Economia sair perante uma plateia, que deu risada, porque deve ter achado ridículo um ministro da Economia chegar lá fora...

E olha que eu não quero nem tocar fogo. Estou até muito quieto, porque acho que as coisas estão tão ruins, que eu não quero ficar tocando fogo, para não piorar. Tenho tentado até ajudar a achar caminho, mas está difícil, porque as pessoas arranjam briga de manhã, de tarde, de noite, até sem necessidade.

Então, eu quero dizer o seguinte, eu me insurji porque eu vi, porque eu controlo minhas contas todas, como é que deu um salto... Você disse de 10 a 20%. Pelo menos o que vale na política e vale também para quem trabalha com o consumidor não é o fato, é a versão ou o sentimento.

A minha sensação: eu pagava na média 600, 700 por perna para ir para Brasília, estou pagando 1.300, 1.400. E mesmo quando puxo muito adiante, o preço não caiu. Eu só viajo sem bagagem para Brasília, então, não muda muito.

É preciso, e eu quero ser muito franco... eu negocieei muito com o pessoal da Azul – que foi uma das primeiras a atender o nosso apelo, quando houve a redução do ICMS do combustível de aviação – para que fizesse rotas para o interior, para o Oeste da Bahia. Porque o Brasil sofre do mal Norte-Sul, ou seja, se você pegar as rotas brasileiras, elas estão encharcadas no Norte-Sul. Quando você procura Leste-Oeste, não tem nada.

O interior do País é pouco adensado de linhas. E a história da aviação é igual à do ovo e da galinha: não tem avião porque não tem passageiro; não tem passageiro porque não tem avião. Fica sempre essa discussão e novas linhas não são abertas.

Mas você só vai saber se tem passageiro quando abrir a linha, porque a partir daí começa aumentar a demanda. Óbvio que num primeiro momento pode até ter um processo de colaboração com algum governo para estimular – como a gente já estimulou – essas linhas que vão para o interior do estado.

Mas é particularmente o Nordeste que está prejudicado. É um desrespeito com os consumidores, com os passageiros de linhas aéreas do Nordeste. Hoje, muitas vezes minha mãe, que mora no Rio de Janeiro, para ir para lá tem de primeiro ir a São Paulo. Puxe aí voo direto Salvador-Rio, só há quatro ou cinco por dia; já houve 10, 12.

Por exemplo, outro dia eu estava vindo de São Paulo e encontrei Jorge Solla lá. Perguntei: “O que você está fazendo em São Paulo?” Respondeu: “A única passagem que encontrei foi Salvador-São Paulo-Brasília”. Então continuam olhando somente para o público do Sul e do Sudeste.

Nelson, quero parabenizar o senador do Rio Grande do Norte Jean Paul, que foi à Agência Nacional de Aviação Civil tentar uma solução ou pelo menos estabelecer o que está sendo feito aqui. É óbvio que não com tanta gente, mas é necessária uma mesa de negociação para se debruçar sobre esse tema. A ANAC disse que não competia a ela, porque em uma economia de mercado não se pode fixar preço.

Não quero fixar preço, mas acho que é da responsabilidade da ANAC, por exemplo, pegar a média dos preços dos 12 últimos meses e, se o preço praticado estiver fora dessa média, solicitar que as companhias aéreas ofereçam uma motivação. Subiu combustível, subiu preço do *leasing*, subiu salário, aí tudo bem. Fora disso, tem de se esclarecer por que está fora da média.

Mas a ANAC disse que não poderia fazer isso. Resultado, o senador foi ao CADE – vou acabar seguindo o exemplo dele, já mandei até preparar – e pediu algo que é muito pior para as empresas, que é uma investigação tarifária. O que é uma investigação tarifária? O CADE manda uma série de fiscais para abrir tudo que for planilha de preço de passagem. Ele já pediu isso em relação ao Rio Grande do Norte.

Então, ou a gente senta à mesa para negociar e achar uma racionalidade... e ninguém quer que as empresas façam serviço social, não é próprio delas fazer isso, agora tem que se ter uma explicação. Nos dias que aquela rota tem uma aderência menor, um público menor, então ofereça um preço mais baixo. Tenho certeza de que as pessoas – não quem vem a trabalho, mas quem vem a turismo – poderiam mudar 1 ou 2 dias da sua viagem.

O quadro atual está espantando o turista estrangeiro. O cidadão tem como ponto inicial o Rio, aí quer rodar para Salvador e diz: “Não vou pagar quase o preço que paguei da Alemanha para cá por um trecho para Salvador ou para Recife”. Na verdade, os maiores prejudicados somos nós. Quando o ponto inicial é Salvador ou Recife, que têm, por exemplo, muito voos da TAP e da Air Europa, menos mal, já que ele começa por aqui. Mas aquilo que a gente poderia aproveitar, que é o cidadão vir para cá e circular por outros pontos, por outros estados, isso está interdito pelo preço atual das passagens internas do Brasil. Lá fora, você chega e paga um preço

barato... e nada como você dar um pulo de um país para outro na Europa. É óbvio que lá, juntos, vários países não dão o tamanho do Brasil, mas de qualquer forma o preço aqui é exorbitante.

Não estou querendo estigmatizar ninguém, isso não me interessa. Às vezes, temos o hábito de subir à tribuna e apontar dedo. Não estou querendo isso; quero apontar soluções. Agora, tem de se cobrar a responsabilidade de quem de direito. Primeiro, eu acho que é a ANAC; e depois que as empresas sentem para conversar.

Estamos na boca de aprovar a Lei Geral do Turismo, talvez nesta ou na próxima semana a gente aprove essa lei. Falei com o Líder do Governo agora pela manhã e fiquei sabendo que tem dois pontos que estão em divergência – alguma coisa relacionada ao ECAD e outra sobre números de quartos próprios para pessoas com deficiência –, mas toda ela já está praticamente ajustada. Essa lei vai regulamentar não a obrigatoriedade, mas o estímulo a viagens para o interior do país.

Então, precisamos equacionar essa questão. Repare, eu não acho, vou repetir, de bom tom as empresas aéreas se aproveitarem... quero até me somar ao que falou aqui o deputado Jânio Natal, pois sei que várias empresas quebraram – a VASP, a Transbrasil – por causa da visão de alguns empresários que o CNPJ vai mal, mas o CPF vai muito bem. Perdoem-me, pois não conhecemos as causas a fundo, mas garanto que quebraram por isso.

Então o cidadão vai sempre botando na sua patrimonial e quebrando as empresas. (Palmas) Isso é do tempo de meu pai. Ele, que já é falecido, dizia: “Quando alguém pedir falência, pode procurá-lo, pois a pessoa física dele está cheia de dinheiro para emprestar. Já drenou a pessoa jurídica e a empresa quebrou”.

Não estou querendo generalizar, mas VASP e Transbrasil passaram por gestões temerárias, assim como a própria Varig, que era referência para todos nós. Acompanhei de perto isso durante o governo Lula, quando ela estava fica, não fica, fica, não fica. Mas nela também tivemos um problema de gestão extremamente grave.

Então, parabéns mais uma vez. Contem comigo lá para a gente tentar melhorar a vida dos baianos em questões como essa, já que o nosso povo quer visitar os familiares que moram em São Paulo.

Como já estou na categoria do idoso, 68 anos – a idade tem problema, mas também tem vantagem –, eu peço sempre para sentar na primeira fila. Cansei de, alegremente, orientar pessoas que ficavam procurando a toalete, já que era a primeira vez que aquelas pessoas viajavam de avião. Cansei de fazer isso. Na verdade, eu orientava também por medo, vai que a pessoa achasse que a porta do avião era a do banheiro, ia cair todo mundo. Mas era uma coisa bonita. Além de muitas vezes a gente sentir aquele cheirinho de bago de jaca e o pessoal se assombrava. Eu dizia: “Fique calmo, é a jaca que aquela senhora ali está comendo”.

Perdemos essa alegria hoje. Quer dizer, ainda se viaja, mas, por causa do preço das passagens, piorou imensamente.

Obrigado e boa semana a todos. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Muito obrigado, senador.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O deputado João Bacelar também pediu para adiantar o pronunciamento. Faltam apenas mais quatro oradores, então vou adiantar o pronunciamento dele.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR: Bom dia a todas as senhoras e a todos os senhores.

Parabenizo o presidente desta Casa, deputado Nelson Leal, por esta grande iniciativa de trazer para a Casa do povo da Bahia este debate tão importante para a sociedade baiana e brasileira. Também parabenizo todos os deputados estaduais presentes por esta importante iniciativa.

No Congresso Nacional também estamos nos debruçando sobre esse problema gigantesco que o ilustre senador Jaques Wagner – o melhor senador do Brasil – acabou de falar aqui. Quero saudá-lo por também defender essa bandeira no Senado Federal.

Quero ainda saudar os membros do Ministério Público, da OAB, do Procon e o representante da companhia aérea Azul, o Marcelo, que teve o discernimento de vir debater. As outras companhias fugiram – Gol e TAM – até porque fazem parte desse cartel. Ao saudá-lo, devo dizer que discordo de algumas posições que V. S.^a colocou, mas só por ter vindo a este debate, conforme o senador Jaques Wagner disse, já é muito importante e muito profícuo para o país.

Também saúdo os membros do trade turístico presentes na figura do Roberto Duran, presidente do Convention Bureau.

Tenho debatido constantemente essa questão na Câmara Federal, e não é à toa, deputado Nelson Leal, que eu criei lá uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar esse abuso que está sendo cometido pelas companhias aéreas.

Sabemos que o debate é muito profundo e envolve dolarização, hedge cambial, ICMS de combustível e fila para a compra de aeronaves, porque não se compra uma aeronave como se compra um automóvel. Há uma programação de 6 meses, 1 ano, não é como você ir a uma agência e comprar um automóvel. Mas quando vemos a quebra de uma companhia aérea, como a Avianca, desregular tanto o mercado, isso nos deixa extremamente preocupado.

O senador Jaques Wagner foi brilhante na sua colocação. Eu disse isso no pronunciamento que fiz, semana passada, na Câmara Federal. Lembrei que a gente via, principalmente naqueles voos que saem cedo para São Paulo, aquele senhor de chapéu, com cintão na barriga e a senhora carregando a jaca e o fubá para levar para o filho em São Paulo. Como vou muito para São Paulo, sempre pego o voo da madrugada e via essas pessoas. Ultimamente não temos visto.

Sem partidarizar quem fez ou quem deixou de fazer, isso acontecia 10, 15 anos atrás. E quem ganhava com isso era a sociedade brasileira. A gente via as pessoas tendo o direito de ir a São Paulo comprando uma passagem por R\$ 100,00, R\$

200,00, R\$ 300,00, como cheguei a ver várias vezes no “corujão”, como eram chamados esses voos. Pessoas simples que saiam, Jânio, lá de Guaratinga, de Teixeira, de Eunápolis e iam até Porto Seguro. Dali seguiam para São Paulo. Outros vinham de Curaçá, de Abaré, meu amigo Hermógenes, diretor desta Casa, sabe que no Nordeste temos pessoas que frequentam Macururé e usam o voo comercial.

Deixamos de ver essas pessoas porque elas não estão tendo mais condição de pagar. E aí eu digo que fiz um requerimento de informação, recentemente, para que justifiquem o porquê de os preços das companhias aéreas estarem até nos centavos. Fiz uma cotação no dia 1º de abril, segunda feira, Salvador-Brasília. Pasmem, senhores, a da TAM, que saía às 15h45 e chegava às 17h20 a Brasília, custava R\$ 1.290,98; a da Gol, que saía às 17h e chegava às 19h50, estava por R\$ 1.230,98; e outra da TAM, que saía às 21h20 e chegava às 23h15, custava R\$ 1.290,98.

Eu disse: “Isso deve ser erro no sistema. Vou botar no outro dia”. Aí fiz uma cotação no dia seguinte, 2 de abril. Pasmem, o mesmo preço. TAM, saindo às 9h25h e chegando às 11h20, R\$ 1.230,98. Ou seja, fica comprovada a existência do cartel das companhias. É inadmissível que no Brasil, país de dimensão continental, a gente esteja sendo manipulado por duas companhias aéreas.

E quero aqui discordar do Sr. Marcelo, quando disse que não existe almoço grátis. Sr. Marcelo, concordo com isso, pois, como empresário que sou, sei que a função da iniciativa privada não é fazer filantropia; é ganhar dinheiro. Agora, a partir do momento que as companhias fazem cartel para manipular o preço, para roubar do cidadão brasileiro o direito de ir e vir, aí nós temos de resolver isso. Aí é nossa função na Câmara, é função do senador Jaques Wagner no Senado, enfim, é função nossa no Congresso Nacional não só averiguar, mas também sugerir.

O Brasil está perdendo, já que estamos vivendo uma depressão econômica gigantesca, sem precedentes no nosso país. São mais de 15 milhões de desempregados, e o turismo, quando bem feito, é uma atividade que emprega intensivamente a mão de obra. E a Bahia, diga-se de passagem, tem 1.350 quilômetros de praias belíssimas, que vão de Mucuri, Porto Seguro, lá no Extremo Sul, até Mangue Seco, na Região Norte do nosso estado. Mas não temos empresas para transportar; quando temos, cobram esses preços absurdos.

V. S.^a diz que limitou a tarifa da Azul em R\$ 2 mil, o que significa, aproximadamente, no câmbio de hoje, US\$ 500. Também é um preço absurdo! Discordo veementemente de V. S.^a, tendo em vista que estamos comprando passagem para os Estados Unidos por US\$ 600, ida e volta. Comprei agora mesmo uma passagem para Miami por US\$ 600. E aqui uma companhia disse que limitou o preço em US\$ 500,00 para um voo interno. É um absurdo!

Por que não abrem a composição de preço? Fizemos uma comissão com o deputado Daniel Almeida – e quero saudar a deputada Olívia Santana, do PCdoB –, que é o coordenador da nossa bancada, e fomos até a ANAC pedir ao seu presidente, Dr. Botelho, que é baiano, que fizesse uma composição de custos das companhias aéreas, como tem sido feito pela agência que regula os transportes terrestres.

Pois bem, o Dr. Botelho me disse – fiquei boquiaberto com o que escutei – que não era função dele regular preços. Tudo bem, é função do CADE, principalmente quando tem cartel, mas ele tem a obrigação constitucional de regular as companhias, de sair do ar-condicionado de Brasília e ir para os aeroportos.

Ex-Deputado Reinaldo Braga, decano desta Assembleia, me permita chamá-lo de ilustre colega deputado Reinaldo Braga, o presidente da ANAC tem a obrigação, sim, de fiscalizar e regular; tem a obrigação, sim, de estar nos aeroportos vendo, acompanhando a Ouvidoria, anotando, até porque somos vítimas diariamente desses abusos.

Trinta dias atrás, cheguei ao aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, para pegar um voo para Brasília. Estava um pouco atrasado, mas ainda faltavam 20 minutos para o embarque. E lá o meu tíquete dizia que o fechamento do embarque para a aeronave, da TAM, era com 15 minutos. Disse: “Está aqui no tíquete”. A atendente simplesmente fechou a porta, desconsiderou o usuário, desconsiderou a necessidade do voo e disse: “O senhor, da próxima vez, chegue mais cedo”.

Mesmo com o tíquete eletrônico dizendo que o portão fecha 11h50 e o último horário de embarque é 11h35, chego 20 minutos antes e fico no solo. Para remarcar essa passagem, em Guarulhos, me custou R\$ 3.200,00, mesmo assim indo pela Azul, no Terminal 1, que é um terminal remoto, tem de pegar ônibus. Olhe o desconforto para o passageiro. Então esses excessos têm de ser combatidos.

Outro ponto polêmico, que eu até discuti com trade mais cedo, é em relação ao combustível. O que nós estamos vivendo no País, presidente Nelson Leal, é um abuso da petrolífera brasileira. Digo isso porque atuo no setor de infraestrutura e debati muito com a Petrobras e com o Ministério dos Transportes.

O asfalto que cobre as rodovias, que a gente chama CAP, subiu ano passado 95 vezes. Repito, 95 vezes! E hoje não está sendo diferente o custo do combustível, que é o querosene de avião, para as companhias aéreas.

E quero dar um dado para vocês que é assustador. O custo do nosso combustível é o mais caro do mundo! Vou dar o exemplo de uma planilha que diz exatamente esses abusos. Hoje, o galão de querosene de aviação, que é um dos grandes insumos na composição de preço das passagens aéreas, custa, no aeroporto de Vitória, no Espírito Santo, US\$ 3,34; no aeroporto de Campinas, US\$ 2,73; no aeroporto de Salvador, US\$ 2,56. E vai reduzindo.

Já na Turquia, por exemplo, o mesmo galão custa US\$ 1,67. E vai reduzindo, reduzindo, até o ponto de chegar à Espanha, onde custa US\$ 0,60. Olhem que discrepância!

Então, temos de trazer a Petrobras para este debate.! E nós estamos hoje como o monopólio de uma empresa petrolífera que está fazendo esse desarranjo na economia brasileira. Sei, como engenheiro, como estudioso e como amante da aviação, que o combustível é um dos maiores insumos na composição de preços.

Então esses problemas devem ser debatidos. Por que, no Brasil, o custo em dólar é três, quatro vezes mais caro que na Espanha? Vamos quebrar esse cartel, vamos quebrar esse paradigma, vamos fazer com que a Petrobras deixe de serseja

monopolista, já que ela está fazendo esse desserviço à Nação brasileira. São exemplos como esses que temos de trazer.

Queria dizer que os governos dos estados, através dessa guerra do ICMS, precisam sair na frente. E aí vem uma sugestão para os Srs. Deputados Estaduais. O governador Rui Costa é um excelente e brilhante governador, hoje reconhecido no cenário nacional como um dos governadores mais combativos. Destaquemos que, mesmo com toda esta crise que estamos vivendo, a Bahia tem se sobressaído perante outros estados, como Minas, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, por causa da austeridade fiscal que o governador aplica aqui, que é muito grande. Por isso ele tem sido um excelente governador.

Mas a função, de uma forma geral, do poder público, é ser indutora do desenvolvimento, é levar voos, é trazer a competitividade, é fazer com que as empresas invistam. E aí vem a tal da guerra do ICMS do combustível.

Acho que a Bahia precisa voltar a ter a pujança que já teve na área turística. E aí os senhores que são do setor..., e deveria aqui, Sr. Presidente, até solicitei a presença do secretário de Turismo do Estado neste debate de hoje – mas ele não veio –, para discutir esses números. Fechamos, recentemente, o Othon Palace Hotel, fechamos o Club Med Itaparica, fechamos o Salvador Praia Hotel, fechamos o Pestana. Ou seja, liquidamos a hotelaria de Salvador!

Desse modo, o turista que vem para cá, além dessa dificuldade de voo, tem de se deslocar para Praia do Forte, para Sauipe, para os resorts lá no Litoral Norte, se ele quiser ficar em um hotel bom. Ou então terá de ir para os hotéis de charmes, hotéis seis estrelas que se instalaram aqui – e aí eu quero também parabenizar o empreendedorismo de quem acreditou nisso –, mas esses hotéis, que estão no Centro Histórico de Salvador, são muito caros!. Agora existem dois hotéis fantásticos que se instalaram lá, mas com tarifas de R\$ 1.000,00, R\$ 1.800,00, que a maioria de nós brasileiros não tem condição de pagar.

Enfim, aquela tão hotelaria de excelente porte que nós tínhamos aqui em Salvador, acabou. Acabou! Aí quando você junta o fim dessa hotelaria com a falta do Centro de Convenções para o turismo de negócios, vemos que o setor turístico está na UTI.!

Fica aqui essa bandeira para discussão dos Srs. Deputados Estaduais. É importante que possam levar sugestões ao governo do estado, como a de reduzir o ICMS do combustível. Eu vi que no Ceará, por exemplo, teve uma redução drástica lá do ICMS do combustível, e assim aquele o estado saiu de seis voos internacionais para 80 por semana.

Olhem o incremento que isso dá à economia, ao turismo, ao comércio, à indústria, à geração de empregos no estado! A Bahia é muito mais bonita do que o Ceará e tem cidades com um potencial fantástico, como Porto Seguro, que é o terceiro destino turístico do Brasil, Alcobaça, Caravelas, Teixeira. Subindo para o Baixo Sul, encontramos Maraú, que é um lugar fantástico. Deputado Rosenberg, V. Ex.^a que representa aquela região, sempre digo que, para mim, Maraú é o lugar mais bonito da Bahia. Vindo mais para cá, temos Salvador e Região Metropolitana, Praia

do Forte, Mangue Seco e tantas praias belíssimas. Mas temos esse gargalo gigantesco que precisamos destravar e resolver.

Sou autor dessa CPI na Câmara Federal. Já tenho assinaturas suficientes e vou protocolá-la esta semana. Espero que o presidente Rodrigo Maia tenha o bom senso de instalá-la. Não vamos permitir o lobby das companhias aéreas dentro do Congresso Nacional, como foi feito no passado.

Sr. Marcelo, se V. S.^a, como representante de uma empresa aérea importante como a Azul, puder, gostaria que mandasse esta mensagem para o presidente da associação: se ele voltar a fazer lobby lá no Congresso Nacional para impedir a instalação dessa CPI, para impedir que a gente discuta esse tema, vamos botar uma faixa bem grande na porta da Câmara Federal.

Ele andou por lá cometendo alguns excessos. E aí o presidente da Gol, num processo de delação recente, citou-o nominalmente. Vamos chamá-lo, e ele vai ter de explicar o que está acontecendo; vai ter de explicar por que usou esse tipo de mecanismo para impedir que as empresas de *low cost* viessem para o Brasil. Também terá de explicar por que buscou evitar que outras empresas aéreas viessem dar competitividade ao nosso mercado, o que evitaria que ficássemos nas mãos de somente três empresas. Hoje, quando uma delas dá *no-show* ou dá *default*, como foi o caso da Avianca, causa estragos na economia brasileira.

Outro número estarrecedor é em relação ao aeroporto de Salvador. Temos, hoje, um aeroporto concedido, que a iniciativa privada tirou praticamente do lixo. Era um chiqueiro, dava nojo entrar no toalete, num banheiro, porque a fedentina era tamanha. Enfim, não tinha condição de uso: escadas rolantes não funcionavam; elevadores quebrados; sem ar-condicionado; pingando quando chovia.

E aí fazemos a concessão, vem uma empresa internacional, ganha essa concessão, investe R\$ 1,2 bilhão, como estão sendo investidos hoje no aeroporto de Salvador. Mas, ao mesmo tempo, temos uma queda de 28,5% do fluxo de passageiros, porque uma empresa como a Avianca deu *default*, ou seja, quebrou, e ficou esse hiato.

O governo do estado tentou trazer esse *hub* da Avianca para o estado, e ficou esse hiato. Ou seja, está investindo R\$ 1,2 bilhão e tem um decréscimo de 30% no movimento, porque a Avianca desapareceu e deixou de ter o transporte. Ou seja, ele não tem nem como se reportar ao acionista lá no exterior para pedir aporte de capital, pedir mais investimento, ser mais agressivo nas outras concessões, porque o cartão de visita que ele tem no estado da Bahia está sendo, hoje, quase rasgado por esse motivo drástico que estamos vivendo.

São essas as minhas palavras, as minhas considerações. Não quero mais me alongar, mas devo ainda dizer, presidente Nelson Leal, que foi profícuo V. Ex.^a trazer esse debate.

Sr. Marcelo, leve essa mensagem para os dirigentes e acionistas da companhia e para o presidente da associação. Acredito que não tenha almoço de graça, porque empresário foi feito para ter lucro. Agora, tentar subtrair da população brasileira, nós não vamos deixar.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Queria registrar as presenças dos deputados Robinson Almeida e Zé Cocá.

Temos ainda mais três deputados inscritos – Olívia Santana, Capitão Alden e Rosemberg Pinto–; a presidente da ABAV-BA, Ângela Carvalho; e o Dr. Ruy Argeu.

Pediria que reduzíssemos ao máximo as falas, porque já são 12h.

Deputado Rosemberg, depois do pronunciamento do deputado Capitão Alden, V. Ex.^a fala como Líder do Governo. A não ser que queira passar essa incumbência à deputada Olívia, que também usará a tribuna.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Sr. Presidente Nelson Leal, na sua pessoa dou bom dia a todos.

Sr. Presidente e demais parlamentares, na verdade, eu gostaria, primeiramente, de agradecer por esta audiência pública e parabenizá-lo, Sr. Presidente, pela iniciativa.

Enquanto não vem a solução no que diz respeito à diminuição dos valores que são pagos hoje pelas passagens aéreas no Brasil, gostaria de informar a V. Ex.^{as} que já remeti à Mesa Diretora um projeto de lei para que nós, neste primeiro momento, pudéssemos adotar algumas medidas que visem a redução dos custos, principalmente, na aquisição das passagens aéreas.

Esse projeto de lei dispõe sobre os pontos acumulados na aquisição de passagens aéreas, produtos e serviços pagos com recursos públicos, para que esses pontos sejam revertidos em passagens aéreas para cidadãos comuns.

Só para que a gente tenha uma ideia, temos aqui, enquanto parlamentares, aproximadamente R\$ 6.600,00 de cota mensal para passagens. Se nós pegarmos os 63 deputados estaduais e todos eles, efetivamente, utilizarem essa cota mensal, teremos aí R\$ 415 mil mensais; ao ano, isso significa para os cofres públicos, se todos, efetivamente, utilizarem as passagens, R\$ 5 milhões.

Imaginem se nós pegarmos de todas as instituições públicas, diretas e indiretas, o montante gasto em passagens aéreas. Só para termos uma ideia, se nós pegarmos 5 milhões de pontos e eles forem convertidos em milhas aéreas, teremos, aproximadamente, 1 milhão e 500 mil pontos que poderão ser convertidos em passagens aéreas.

Então, a sugestão, que já remeti à Presidência deste Poder – independentemente de esse projeto de lei ser aprovado ou não no âmbito do estado da Bahia, com validade para todas as instituições públicas –, é que esta Casa já possa, de imediato, colocar como regra que, tanto os parlamentares quanto os assessores que venham se utilizar de recursos públicos na compra de passagens aéreas, não possam utilizar-se das vantagens que são conferidas por conta dessas compras.

Sabemos que podemos, através da compra de passagens aéreas, converter isso em milhas e fazer viagens para qualquer estado.

Então, a gente recebe, no gabinete, atletas que, muitas vezes, vão representar a Bahia e o Brasil em outros estados. E eles não têm condições de bancar a compra das passagens aéreas. Do mesmo jeito, recebemos pessoas que precisam fazer cirurgias, com certa urgência, em outro estado.

Então, já que não há, neste momento, a curto e médio prazos, soluções passíveis para chegarmos a um melhor preço das passagens aéreas, há a vantagem, que a gente possa, enquanto parlamentares, utilizar as milhas e as mesmas serem convertidas, efetivamente, para as pessoas que precisam e que merecem.

Fica, aqui, a sugestão para a gente poder dar destino, efetivamente, ao uso, de forma moral e de forma respeitosa, dos recursos públicos.

E, mais uma vez, agradeço a V. Ex.^a pela audiência e por este debate. (Palmas)
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Rosemberg.

Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, representantes dos diversos órgãos convidados e já anunciados anteriormente, visitantes, imprensa, servidores, servidoras, gostaria de, antes de mais nada, parabenizar esta iniciativa.

Eu congrego a ideia de que nós precisamos trabalhar para que os órgãos competentes, ou seja, neste caso, especificamente, a União possa acompanhar isso e criar mecanismos de controle para não haver excessos na cobrança de tarifas.

Aqui, eu faço coro, junto àqueles que me antecederam, no sentido de que a ANAC, realmente, tenha de assumir o seu papel de agência reguladora e que ela possa, efetivamente, atuar no sentido de evitar excessos na defesa dos interesses da sociedade.

Bem, gostaria de dizer algo a respeito da empresa Azul, pois Marcelo está presente Marcelo. Logo, é importante participar do debate.

Mas eu só queria dizer que, na prática, não há este limitador de R\$ 2 mil. Vejam, entre Salvador e Ilhéus, eu pagava entre R\$ 250,00 a R\$ 300,00. Se você olhar, a passagem custa R\$ 1.560,00 hoje! Se, amanhã, a passagem custar oitocentos reais e alguma coisa e eu escolher, para viajar, o dia 7, já está custando R\$ 1.133,00. Esse é o menor valor das passagens aéreas de um trecho Salvador-Ilhéus. Então, na realidade, houve um aumento significativo e isso é, exatamente, fruto da ausência da empresa Avianca que fazia esse trecho. Eu não quero entrar muito nesta questão.

Como Líder do Governo, acho que nós devemos trabalhar no sentido de buscar, junto ao governo do estado, também, ações para ajudar a encontrar soluções para situações como esta.

Logicamente, fala-se da redução de ICMS. Mas a redução de ICMS não pode ser uma iniciativa, apenas, de um estado. É necessário ter uma aglutinação dos estados por conta da guerra fiscal existente. Um estado muito pobre como a Bahia, ele não pode, obviamente, ter a iniciativa na redução de ICMS. Logicamente, nós podemos tratar disso.

Por outro lado, temos, também, de tratar do assunto de uma forma generalizada, pois já se faz isso quanto ao ponto de vista de atendimento a fomento para determinadas iniciativas regionais. Mas nós não podemos tratar isso de uma forma mais globalizada senão conjuntamente com os outros estados, pois, do contrário, vira um desequilíbrio na relação fiscal.

O deputado Alden apresenta uma proposta ao governador Rui Costa. Logicamente, toda indicação deve ser tratada e analisada. Acho que tem uma dificuldade muito grande para a aplicabilidade de um projeto como esse, porque isso tem uma questão da pessoalidade, porque a viagem é pessoal e as milhas são, obviamente, creditadas à pessoa. Elas são creditadas à pessoa física. Então, na minha opinião, acho que há uma dificuldade para a aplicabilidade de um projeto como esse. De qualquer maneira, é uma ideia. Acho que a gente tem que debater.

Gostaria de dizer, Sr. Presidente, que estamos juntos nesta caminhada no sentido de trabalhar para a redução das tarifas em nosso estado, aliás, não só da redução das tarifas, mas trabalhar a ideia de ampliar o sistema de avião em nosso estado, ao fazer coro com os outros que estiveram, no sentido de garantir que a gente possa ter um tráfego aéreo na Bahia que atenda mais aos interesses da sociedade baiana.

Parabenizo todos.

Muito obrigado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra Ângela Carvalho, presidente da ABAV-BA, Associação Brasileira de Agências de Viagens na Bahia.

A Sr.^a ÂNGELA CARVALHO: Bom dia a todos.

Quero parabenizar o deputado Nelson Leal pela iniciativa de trazer vários segmentos da sociedade para debater um assunto tão importante como este que estamos vivendo hoje. Realmente, nós estamos passando por uma crise na aviação e no transporte.

Quanto à saída da Avianca na Bahia, ela prejudicou, enormemente, o nosso estado. Nós tínhamos um fluxo aéreo muito grande através da Avianca, pois muitos destinos eram servidos, apenas, pela Avianca. Hoje, para se ter uma ideia, para você ir a Aracaju ou a Maceió, tem-se, primeiro, fazer o trecho via Brasília ou via São Paulo, porque nós não temos mais o voo direto da Avianca.

Quero parabenizar, também, Marcelo Bento, por ter vindo representando a Azul, pois as outras companhias aéreas fugiram do debate.

Então, diante de tudo já dito, eu quero, apenas, reforçar alguns pontos e contestar um outro. Reforço a questão das bagagens. Como Marcelo falou, a questão das bagagens é uma tendência mundial. Em todas as economias liberais, quanto às companhias aéreas, elas oferecem o serviço e o cliente paga pelo serviço que ele quer ter.

Então, tem companhias aéreas que têm a bagagem inclusa. Mas essas são companhias diferenciadas. As pessoas sabem que tipo de serviço querem e se o mesmo inclui, até, refeição. Se a pessoa compra uma passagem de baixo custo ou *low cost*, ela sabe, também, qual é o tipo de serviço que ela está pagando para ter ou nenhum serviço, nesse caso, apenas, o transporte.

Então, isso é importante para a gente poder ter essas companhias aéreas voando no Brasil, pois vinham trazer, também, para nós, essa facilidade de termos passagens aéreas mais baratas e com menos serviços.

Agora, há a questão do pagamento da bagagem desvinculado ao preço do pagamento da passagem aérea. Quanto a isso, nós, também, não vimos, assim, o preço da passagem aérea baixar muito. Isso, realmente, existiu.

Não estou tratando desta crise agora e deste aumento exorbitante, porque isso foi questão de oferta e procura. Por outro lado, isso, também, não justifica o aumento de 1.000%. Vejam, o aumento não foi de 10% ou 20%; O aumento foi muito grande no preço das passagens aéreas. Há passagem aérea de R\$ 300,00 que passou para R\$ 3.000,00.

Então o que estou falando é que, anteriormente, repito, antes dessa crise, já acontecia de nós não vermos, realmente, baixar o preço da passagem por conta de não ter a bagagem inclusa.

Então acho que, para isso, a ANAC precisa estar mais atenta à precificação. Quais são os itens, realmente, que entram no preço da passagem? Então, é cobrado, por exemplo, US\$ 50,00. Entra o que no preço da passagem? Entra US\$ 50,00. Então esses US\$ 50,00 vão ter de ser retirados do preço da passagem. Então é preciso estar atento à precificação.

Agora, quanto a uma coisa dita aqui, eu, como representante dos agentes de viagem, sinto-me na obrigação de contestar. Nós, agentes de viagem, não ganhamos sobre o preço da passagem. Então, para nós, é indiferente se a empresa cobra 300 ou 3 mil. Já se foi o tempo em que nós, agentes de viagem, tínhamos 10% de comissão sobre o valor da passagem. Isso já tem mais de 10 anos. Não existe mais.

Então eu quero só contestar o que o senador Jaques Wagner disse aqui. Há mais de 10 anos, as companhias aéreas, apenas, nos repassam uma taxa de serviço cobrada ao passageiro. E essa taxa, na passagem, vem clara e escrita: taxa DU. Essa é a taxa que o passageiro paga quando compra em uma agência de viagem. É uma taxa fixa. Então, para nós, é indiferente se a passagem cobrada for 300 ou 3 mil.

Então nós não vamos oferecer, de jeito nenhum, para o passageiro, uma passagem mais cara para nós ganharmos mais. Nós oferecemos um serviço. Nós damos serviço de consultoria. Então, muitas vezes, a nossa obrigação é a de orientar o passageiro, a fim de indicar a melhor maneira de ele chegar ao seu destino. Logo, espero que isso tenha ficado esclarecido, porque eu acho que muitas pessoas, ainda, pensam que a agência de viagem ganha uma comissão sobre o preço da passagem.

Nós tivemos, na semana passada, uma questão séria com a Gol, porque a Gol colocou, visível e claramente, em seu *site*, o seguinte: “Compre sua passagem neste canal de vendas e não pague taxa de serviço.” Isso foi um sério desrespeito à

profissão do agente de viagem e à parceria que deveria existir entre as agências de viagem e as companhias aéreas!

Então nós, como ABAV, nacional, nos pronunciamos à Gol. Inclusive, a ABAV, do Distrito Federal, fez um boicote à Gol. Nós, ABAV-Bahia, fomos contra esse boicote pela simples questão de que não adiante a guerra. Nós precisamos dialogar e conciliar os interesses das agências de viagem e das companhias aéreas. Nada contra eles venderem no *site* deles.

Agora, eles não podem deflagrar uma ação contra as agências de viagem ao anunciarem, por exemplo, “compre aqui e não paguem taxa de serviço”, porque nós oferecemos um serviço diferenciado do que é oferecido no *site* de uma companhia aérea.

Bom, então, Brasília fez o boicote, aliás, está fazendo o boicote. São 48 horas de não venda de passagem pela Gol. Mas nós, da ABAV-Bahia, nem se quiséssemos, nós não poderíamos fazer, porque, hoje, nós dependemos, para alguns destinos, da Gol com a saída da Avianca. Como nós e os nossos clientes baianos vamos chegar ao Rio de Janeiro se boicotarmos a Gol? Nós não temos outra opção.

Então, só para finalizar, eu queria aproveitar por estar nesta Casa, a fim de pedir algo aos Srs. Deputados. Coloquem e reforcem, para o governo do estado, o incentivo ao turismo, porque o turismo gera emprego e renda. Nós temos um talento nato. O nosso estado tem um talento nato para o turismo. Nós precisamos que isso seja reforçado. Precisamos que seja mais divulgado e que tenha mais incentivo para o turismo na Bahia.

Obrigada. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Sou eu quem agradece.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o Sr. Ruy Argeu, do Sindicato das Distribuidoras de Combustíveis.

O Sr. RUY ARGEU DO AMARAL: Boa tarde.

Sr. Presidente Nelson Leal, em seu nome, eu cumprimento os demais ouvintes.

Eu queria trazer, neste momento, uma visão diferente daquela tratada até aqui. Eu queria trazer uma visão de mercado. Eu estou no segmento dos combustíveis automotivos há 35 anos e, no segmento dos combustíveis de aviação, há 5.

O segmento dos combustíveis automotivos foi desregulamentado no fim da década de 1990 e ele sofreu uma mudança substancial daí pra cá. Saímos de sete distribuidoras, uma brasileira e as outras internacionais, para mais de 200, hoje, no mercado. A Bahia possui mais de 20 delas atuando.

Há um mercado, relativamente muito disputado. Isso foi, até motivo de uma campanha neste final de semana. Algo chamou a atenção do consumidor: onde estava o equívoco em relação ao preço do combustível? Vejam, 13% do preço do combustível ficam com as distribuidoras, com as transportadoras e com os postos de

gasolina; 53% ficam com os poderes públicos, quais sejam, federal, estadual e municipal.

À luz desse estudo da desregulamentação que houve no combustível automotivo e de aviação, a entrada da nossa distribuidora, uma distribuidora regional no segmento, é a prova disso, pois isso nos traz uma reflexão em relação à aviação.

A aviação é um segmento, extremamente, regulamentado, extremamente, regulado e com dificuldades muito grandes de entrada de novas empresas. É um segmento difícil. Até, em tom de brincadeira, se diz, por exemplo, “quer ficar milionário, seja bilionário e abra uma empresa de aviação, pois você vai quebrar e vai acabar ficando milionário, porque é o que sobra”.

Esse exemplo de regulação fez com que o mercado se concentrasse no Brasil. Nós tivemos, até o ano passado, quatro empresas aéreas atuando de forma a concentrar o mercado. Hoje, nós temos três. Essas três, possivelmente, convivem em paz com o mercado até porque se houver mais uma quebra dessa, acho que tem uma revolução neste país. Ele concentrou.

E o caminho é desregulamentar, é abrir o mercado, é facilitar. E, aí, passa por uma série de regulações existentes e, sem abrir mão da segurança de voo, elas, as regulações, precisam ser revistas. Para atacar o problema já que a gente vive em uma regra de livre mercado, o ponto é, exatamente, atacar a regulação, porque ela aumenta custos. E, hoje, eu entendo o quanto é caro voar neste país.

Aqui, quando o deputado Jonga Bacelar comentou o preço do combustível da aviação em Vitória do Espírito Santo, ele se esqueceu de dizer que o combustível de Vitória, Campo Grande e Brasília é levado em lombo de caminhão com um custo estúpido de caminhões dedicados e transportes especializados que encarecem a aviação de um modo geral.

Aqui, no próprio aeroporto de Salvador, o combustível chega lá através de caminhão e isso onera em quase dois centavos o litro do querosene. Isso é falta de infraestrutura neste país.

Mas eu vou sair um pouco do foco nacional e vou falar um pouco da infraestrutura do nosso estado. A Bahia tem, hoje, apta a receber voos de qualquer companhia, os aeroportos de Lençóis, Comandatuba, Valença, Paulo Afonso e Porto Seguro. O fluxo turístico na Bahia só tem para Porto Seguro que justifique a implantação de uma linha com um *boeing*, com um avião maior.

Por quê? Digo isso, porque falta incentivo ao turismo nos outros locais. Todos eles são locais conhecidos. Lençóis é a porta da Chapada. A cidade, hoje, comporta um ou dois voos semanais, me parece. Comandatuba é um aeroporto particular com infraestrutura para receber um público muito grande e serve, inclusive, de apoio a Porto seguro, e não é utilizado. Valença está ali; a pista possui 2.200 metros de comprimento; é estruturada por uma perfeita estação de passageiros. E o Baixo Sul não tem estrutura de turismo para absorver a demanda que, porventura, pode se estruturar lá. Hoje, a gente tem lá, em Valença, um único voo da Azul que está pagando, ali, o pedágio para ter um benefício, em meu ponto de vista, injusto de

ICMS no estado. Mas vou tratar disso adiante. Paulo Afonso possui uma estrutura, também, muito boa, mas não tem passageiro.

E a gente tem Feira de Santana como um polo que caberia, seguramente, 8 ou 10 voos por dia de saída. Por outro lado, Feira não tem infraestrutura, não pode receber um avião maior, porque a pista não comporta e não tem condições. Barreiras passa pela mesma forma, pois tem público, tem passageiro e não tem infraestrutura.

Vitória da Conquista, agora, está tendo depois de muitos e muitos anos sem ela. Quanto a Vitória da Conquista, vocês não se surpreendam, pois está se falando em um a dois voos diários! Vitória da Conquista vai comportar quatro ou cinco voos, sem dúvida que vai. E vai a concorrência para lá.

Bom, quanto às políticas públicas de atração à aviação e ao turismo, elas passam por uma séria de incentivos. Quanto ao incentivo ao turismo, a gente já falou aqui. Mas digo do incentivo às companhias aéreas para se estabelecerem. E nós tivemos um equívoco de política pública do nosso governo quando fez um incentivo tentando interiorizar a aviação na Bahia, sem ter a infraestrutura para interiorizar.

A grande beneficiada foi a Azul, pois ela tinha equipamentos adequados, aliás, a única companhia que tinha equipamentos adequados para atender a alguns desses aeroportos do interior do estado; e ela o faz.

O grande interesse da Azul é o incentivo, a busca, a captação do incentivo para torná-la mais competitiva no aeroporto de Salvador, porque, lá, em Valença e em Feira de Santana, ela, praticamente, não abastece os seus aviões, uma vez que ela os traz já abastecidos de Minas Gerais, onde deixa o tributo do ICMS.

A Azul concorreu sozinha a esse incentivo de 7% no estado que, sob o meu ponto de vista, é um equívoco. Você não faz demanda no estado por decreto. Você faz demanda é com passageiros, é com infraestrutura, é com investimentos.

Quanto à nossa política de incentivo à aviação, ela precisa ser repensada e ela precisa ser igualitária para esse desequilíbrio não gerar mais dificuldades. A Avianca tentou obter o mesmo incentivo que tinha a Azul e não conseguiu, porque não tinha infraestrutura de avião adequado para atender às exigências do governo do estado. Aliás, nenhuma outra companhia no Brasil tem, só a Azul.

Se é incentivo que a gente quer dar, vamos dar alguma coisa que possa atender a todos de forma igualitária para incentivar o turismo vir para Salvador, vir para Porto Seguro, vir para Valença, vir para Paulo Afonso, a fim de motivar essas empresas a voar com seus aviões de porte maior, que é o que tem no mercado do Brasil.

Afora a Azul, com uma capilaridade fantástica, um trabalho de linha fantástico de capilarização pelo interior, mais ninguém tem.

E a Bahia, neste momento, precisa desenvolver o aumento no número de passageiros no estado como um todo, e não a preocupação demasiada com o interior. Quanto ao interior, isso vai chegar naturalmente. Deverão existir companhias menores e interessadas, precisando se interiorizar, na hora em que houver um fluxo grande chegando a Salvador, chegando a Porto Seguro e chegando a Vitória da Conquista. Ter linhas regionais para Bom Jesus da Lapa, Guanambi e tudo mais, e

não linhas feitas para pendurar um atendimento ou uma exigência para se obter um subsídio.

Por último, em relação à política dos preços das companhias aéreas, ela é lícita se não houver cartel. Cabe ao Procon e aos órgãos de investigação tocar neste tema.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Um momento, só para finalizar, por último, em relação à bagagem, são 4 toneladas por voo que a companhia aérea está transportando e cobrando, naturalmente, em todas as passagens. Isso, ela está deixando de faturar. Muito melhor que isentar, é cobrar esta bagagem, porque, seguramente, vai trazer um benefício maior para o povo, principalmente quando não tivermos só três companhias aéreas.

A minha torcida é a de que, daqui para frente, nós tenhamos 10 a 12 companhias aéreas no Brasil, no mínimo, disputando os voos, a fim de nós não termos um mercado concentrado como está hoje, quando as três companhias aéreas estão voando perto de 100% e regulando os preços naturalmente, porque não têm capacidade de transportar. Simplesmente, o aeroporto de Salvador, que transportava 3.500 passageiros da Avianca, não está conseguindo lugares nos outros voos.

Sr. Presidente, desculpe a passagem do tempo.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu queria pedir mais, aí, um pouquinho da compreensão dos senhores. Há um pequeno vídeo de só 2 minutos que o pessoal da *TV Assembleia* fez. Após, falará a deputada Olívia. Depois, nós encerraremos esta nossa sessão especial.

Coloquem, por favor, o vídeo.

(Procede-se à apresentação do vídeo.) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Concedo a palavra à deputada Olívia Santana.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quero saudar, também, a Mesa em nome da presidenta da ABAV, Ângela Carvalho, e o plenário, em nome do presidente do Conselho, do Trade, Roberto Duran.

Primeiramente, peço desculpas pelo adiantado da hora.

Fiz questão de fazer uso da palavra, Sr. Presidente, porque me incomoda, às vezes, uma certa folclorização da participação de estratos populares neste meio de transporte que é o avião. Eu penso que nós precisamos tratar disso da forma mais adequada possível. Nós devemos entender que o avião é um transporte estratégico, é um transporte que reduz o tempo de deslocamento das pessoas, e é uma necessidade.

Logo, o avião não pode ser tratado como um luxo, não pode ser tratado nesta perspectiva elitizada. O avião não pode ser visto como um meio de transporte que só uma elite pode acessar. Isso é um equívoco e é um absurdo. Nós já tivemos um tempo...

Com todo respeito, agradecemos a presença do diretor da Azul.

Mas faço uma referência ao discurso proferido pelo diretor da Azul quando ele falou que não há almoço de graça, falando dos custos que as empresas precisam assumir. Eu quero dizer que, há muito tempo, também, não há almoço de graça em avião. Antigamente, quando a gente viajava, se você fosse ao meio dia, em horário de almoço, tinha almoço ou tinha jantar quando você viajava à noite. Havia até lanche.

Hoje, não tem mais nada, pois já tiraram tudo. Tudo virou forma de ganhar mais dinheiro, forma de garantir mais lucro para as empresas. Isso não pode ser tratado como algo irrelevante.

Quanto ao direito que você tinha de despachar uma bagagem e de escolher a poltrona onde vai sentar, isso, agora, é um artigo de quem tem os cartões de fidelidade. Então, se você é cartão ouro, se você é cartão diamante, você tem certos privilégios que deveriam ser um direito de todo mundo. Tudo isso foi virando privilégios para justificar a política de fidelização.

Portanto, eu quero dizer que esta é uma questão a ser tratada.

Quando se fala que isso é a livre iniciativa, é preciso entender que isso não poder ser *laissez faire*. Isso não pode ser algo que cada um vai definir quanto vai cobrar o preço das suas passagens, que os cartéis vão se estabelecer. Porque quando você vai a uma empresa, o valor é exorbitante; você corre para outra, é o mesmo valor. Parece que está uma combinação acontecendo. Uma empresa quebra, as outras vão para cima e elevam mais ainda o valor da passagem, inviabilizando.

Tivemos aqui, recentemente, a presença do secretário de Infraestrutura, Marcus Cavalcanti, presidente, que mostrou dados e informações do quanto o governo do estado, apesar da crise, tem feito um esforço no sentido de elevar as condições de infraestrutura dos aeroportos da Bahia. Isso para nós é muito importante... De um setor hoteleiro, grandes bandeiras que vieram e se instalaram em Salvador, e no centro antigo. Mas se você tem uma política de mobilidade aérea que é tão cara, não é possível, inviabiliza todo o resto, porque é uma cadeia. E essa cadeia vai quebrar.

Portanto, eu finalizo dizendo o quão é importante, presidente, a iniciativa de V. Ex.^a de estabelecer esse debate aqui nesta Casa, lembrando que a consumidora e o consumidor são hipossuficientes na relação com as empresas. Não dá para igualar o que é desigual. É lógico que um passageiro que toma um susto com a passagem não tem condição de chegar e discutir de igual para igual com quem define a precificação. Então, o poder público, o Poder Legislativo e o Executivo têm, sim, que intermediar essa relação, interferir, para garantir o equilíbrio e a razoabilidade.

O prefeito lá de Juazeiro, um negócio absurdo... Há 20 dias tivemos aqui uma audiência com o governador Rui Costa, e o prefeito chegou com o valor, Gika, da passagem lá de Juazeiro para cá. Naquele dia, R\$ 4 mil, R\$ 4.022,00. Eu até postei na minha rede social. Isso é o preço de uma passagem para a França. É um negócio absurdo, é inaceitável, é inadmissível.

E essa discussão de desoneração de cadeias produtivas, eu quero lembrar também do que foi feito há algum tempo atrás – com a cadeia produtiva do livro. Eu participei, fui autora da lei do livro e da leitura em Salvador, e a gente discutia, houve

uma discussão nacional. O presidente Lula desonerou a cadeia produtiva. O que aconteceu? No dia seguinte não baixou nada, não mudou nada.

Então, essa história de dizer: “Olha, a gente tem que passar a cobrar bagagem, porque aí vai baixar o preço da passagem”, nós vimos que não aconteceu isso. Então, nós precisamos ter uma política honesta e entender que viajar de avião não pode ser privilégio. Empregada doméstica tem que ter o direito de viajar, de ver a família dela em outro estado. Os nossos artesãos, vários deixaram de ir, neste ano, para a Feira Nacional de Artesanato, em Brasília, porque as passagens estavam insuportáveis. Quer dizer, essa seletividade que uma parcela tem que andar na rodoviária e a outra parcela, mais elitizada, andar de avião.

Eu quero saber que vantagem tem em você colocar a passagem absurda e depois ficar uma pessoa viajando sozinha, sem ter ninguém ao seu lado, várias poltronas vazias... É a mesma viagem que vai acontecer, mas vai ter menos passageiros. Por que não ganhar na quantidade de passagens vendidas, em vez de querer ganhar no preço unitário das passagens?

Então fica aqui essa contribuição, essa reflexão. Nós temos que ter uma malha aérea que seja democrática e que consiga atender a todas as pessoas ou pelo menos a mais pessoas, de maneira mais diversificada, e não ficar nessa coisa de garantir que um estrato social vá, enquanto os outros ficam se arrebitando nas rodoviárias. O avanço da tecnologia tem que se traduzir em melhoria para a vida urbana em todos os lugares e para mais e mais pessoas.

É isso, presidente, parabéns e desculpe por ter ocupado aqui a tribuna tão tardiamente. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu queria agradecer a presença de todos e todas.

A TAM enviou aqui para a Assembleia uma justificativa por não estar participando, mas eu não vou ler porque acho desrespeitosa, pois ela nos informa que 54% das passagens da TAM custam menos de R\$ 300,00. Como eu não consigo enxergar isso, eu não vou ler o informativo da TAM. Inclusive pedi para a nossa assessoria que, todas as vezes que for tirar passagens para quaisquer cidades do Brasil, entre em contato com a diretora de relações institucionais para conseguirmos esses preços tão fantásticos.

Eu queria agradecer a presença e pedir desculpa pelo adiantado da hora. Agradecer a presença da Sr.^a Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Consumidor, promotora Márcia Cândia Santos Villas-Boas, muito obrigado pela presença; da Sr.^a Membro da Comissão de Proteção ao Direito do Consumidor da OAB Bahia, Daniella Pinto, que neste ato está representando o presidente da Comissão, Sérgio São Bernardo; do Sr. Superintendente do Procon-BA, Filipe Vieira; da Sr.^a Presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens, Seção Bahia, Ângela Carvalho; do Sr. Diretor da Fecomércio, Ruy Argeu do Amaral Andrade.

Queria parabenizar o Dr. Marcelo Bento Ribeiro, diretor da Azul Linhas Aéreas, porque é importante debatermos com a sociedade. Se estamos certos ou não, ao menos estamos tendo a oportunidade de darmos as explicações. Parabéns! E espero que a gente possa extrair daqui um documento para encaminhar ao Senado, à Câmara Federal e à ANAC para que a gente possa chegar a uma solução em que o grande vencedor dessa nossa batalha seja o povo brasileiro, seja o consumidor.

Em nome da Assembleia Legislativa da Bahia agradeço a presença de todos, das senhoras e dos senhores deputados, da imprensa e, em nome de Deus, que nos guia, declaro encerrada a presente sessão.

Muito obrigado.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.